

**ATTITUDES RACIAIS:  
explorando possibilidades de comparação entre  
Brasil e Estados Unidos**

**Michael Mitchell\***

Tradução: Luiz Cláudio Barcelos

**RESUMO:** O artigo parte de um breve quadro da evolução da pesquisa do tipo *survey*, com o propósito de mostrar como este método contribuiu para a reforma social, seguindo uma tradição que se pode chamar de pesquisa com compromissos. Com base em trabalhos publicados, principalmente nos Estados Unidos, aponta caminhos para a construção de um quadro conceitual que permita comparações sistemáticas das atitudes políticas dos afro-brasileiros e dos afro-norte-americanos. Ao longo do artigo, o autor indica que as respostas de cada grupo podem estar condicionadas por circunstâncias históricas particulares e por características específicas de seus respectivos sistemas políticos, mas isto não elimina as possibilidades de explorar semelhanças nas formas de lidar com mitos raciais hegemônicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atitude racial, política, mitos hegemônicos, pesquisa comparativa, afro-brasileiros, afro-norte-americanos.

## INTRODUÇÃO

Minha tese de doutorado, “Consciência Racial, Atitudes e Comportamentos Políticos de Negros em São Paulo, Brasil”, foi concluída em 1977. Desde então, várias mudanças significativas ocorreram na política brasileira e nas manifestações da consciência racial que tornaram aquele trabalho um produto do seu tempo. Felizmente, alguns desdobramentos posteriores, tais como a criação do MNU (Movimento Negro Unificado) e a eventual democratização do país, fo-

---

\* Cientista Político, Professor da *Arizona State University*. Autor de vários artigos sobre política racial no Brasil.

ram antecipados de forma incipiente na tese. Contudo, em 1977, o Brasil ainda vivia sob o regime autoritário, o MNU ainda estava por ser criado e por se tornar a entidade negra mais importante do século. O Brasil é um país radicalmente diferente agora do que era então. Igualmente diferente foi o contexto no qual o trabalho foi originalmente avaliado. Uns vinte anos depois, seria preciso julgar aquele trabalho menos em suas conclusões específicas do que na possível relevância das questões que ele levantou.

Em certo sentido, o período analisado pela “Consciência Racial...” era menos complicado do que o presente. Em lugares como o Brasil, as ciências sociais tinham uma orientação moral, o inimigo era claramente visível. Tratava-se de um regime autoritário que reprimia seus cidadãos e ignorava a existência das enormes desigualdades sociais. Os cientistas sociais desempenhavam suas funções da forma mais elevada, através do engajamento na crítica das realidades sociais que observavam. Para um pesquisador negro norte-americano que compartilhava essa visão do papel de cientista social, isso significava adotar um olhar severo sobre as realidades raciais no Brasil. O objetivo era desmascarar o mito da democracia racial, como foi colocado por Florestan Fernandes. Entretanto, essa visão, ainda que grandiosa, deixava algumas questões sem solução. Como um cientista social pode equilibrar-se entre a imparcialidade científica e o compromisso, igualmente importante, com a prática e participação real no processo de mudança social?

Para um não-brasileiro, essa questão era ainda mais difícil de lidar. Um norte-americano, em meados dos anos 70, estava viajando para um Brasil que parecia o oposto de sua sociedade. Enquanto nos Estados Unidos insurreições e movimentos de mudança social comandavam o cenário, manifestações semelhantes tinham sido inteiramente suprimidas pelo regime instaurado em 1964. Assim, se um norte-americano tivesse que fazer pesquisa sobre um tema muito sensível, que poderia se tornar alvo da violenta reação por parte de um

Estado autoritário, ajustes seriam necessários. Em um certo sentido, as circunstâncias me ditaram as repostas. Eu me basearia somente em técnicas de pesquisas, tais como coleta de histórias orais e observação-participante, complementadas por técnicas do tipo *survey*. Os fatos, entretanto, impuseram certos limites de prudência e discrição no uso destas técnicas.

De qualquer forma, algumas das questões com as quais um pesquisador se confrontava nos anos 70, quando o Brasil vivia sob um regime abertamente autoritário, e quando qualquer questionamento da doutrina de democracia racial era visto como subversivo, continuam a ter que ser enfrentadas hoje. Como um pesquisador equilibra os compromissos múltiplos da pesquisa e da prática política? Como lidar sistematicamente com o impacto do mito da democracia racial sobre a capacidade dos afro-brasileiros se organizarem e competirem pelo poder? Além dessas, uma nova questão emergiu depois que escrevi “Consciência Racial...”: como podem as comunidades na diáspora africana reunir recursos e compartilhar as lições de experiências comuns?

Essas são questões que levanto neste artigo, tentando discutir, contemporaneamente, suposições subjacentes ao meu antigo projeto de pesquisa. Eu o faço, oferecendo, primeiro, um breve quadro da evolução da pesquisa tipo *survey*. Meu propósito é mostrar que esse método de pesquisa supõe, desde o seu começo, uma contribuição para a reforma social, seguindo uma tradição que se pode chamar de pesquisa comprometida. Segundo, tento pensar caminhos para a construção de um quadro conceitual que possibilite comparações sistemáticas das atitudes políticas dos afro-brasileiros e dos afro-norte-americanos. Os tempos podem ser outros, mas as questões e desafios perduram.

## O ESCOPO DA PESQUISA DO TIPO SURVEY

A pesquisa do tipo *survey* adquiriu um lugar permanente nas ciências sociais modernas e seu escopo abrange um número de questões que chamam a atenção dos pesquisadores. Seu alcance teórico e rigor metodológico são de tal magnitude que abarcam departamentos inteiros de ciência política nos Estados Unidos. Além disso, o trabalho baseado na utilização de *surveys* representa alguns dos marcos notáveis no desenvolvimento da ciência política como disciplina. Obras, tais como *The American Voter*, *The Civic Culture* e, mais recentemente, *Making Democracy Work*, de Robert Putnam, tiveram tal impacto em seus respectivos momentos que dominaram as agendas de pesquisa por um tempo considerável. O presente artigo é um esforço de chamar a atenção para algumas das formas em que a pesquisa do tipo *survey* pode ser utilizada para analisar a política racial no Brasil e nos Estados Unidos. Nesse sentido, eu me proponho a responder a seguinte questão: em que medida o *survey* seria apropriado para a comparação da política racial no Brasil e nos Estados Unidos?

Outra questão importante a ser considerada é se o *survey* é adequado para pesquisadores que têm um certo nível de compromisso com movimentos sociais, ou “uma opção preferencial” por aqueles que vivem sob o peso de injustiças históricas, relegados à periferia do poder. Geralmente, pesquisas do tipo *survey* invocam a imagem de projetos de larga escala que requerem recursos substanciais, treinamento disciplinado de entrevistadores e questionários cujos itens possam ser rigorosamente testados pela sua consistência e validade. Além disso, deslanchar um projeto de pesquisa deste tipo pode exigir um empreendimento de tal monta que obrigue a negociação de orientações ideológicas ou compromissos, a fim de tornar a pesquisa compatível com as simpatias de um doador. O *survey* pode muito bem levar o pesquisador por um caminho em que a disponibilidade de recursos ou a perspectiva de reconhecimento direciona, ainda que muito sutilmente, os resultados da empreitada. As pistas para enfrentar essas ques-

tões encontram-se na própria evolução da pesquisa do tipo *survey* nas modernas ciências sociais.

#### A EVOLUÇÃO DA PESQUISA DE TIPO SURVEY EM CIÊNCIA POLÍTICA

Em certos aspectos, a pesquisa tipo *survey* é a antítese das preocupações dos estudiosos que compartilham uma predisposição ao ativismo ou que, ao menos, estão comprometidos com a implicação prática de seu trabalho. Por um lado, ela pode ser um instrumento que descreve os contornos das relações entre as elites e as massas. Por outro, pode ser amplamente definida como um catálogo de informação sobre os indivíduos, o que remete à história do *survey* como instrumento de controle do Estado, cuja origem está associada aos censos realizados com o objetivo de cobrar impostos no mundo antigo. Por exemplo, a *estatística*, denominação de um componente dos *surveys*, vem de uma palavra usada para designar a coleção de informações para uso do Estado. Durante a depressão dos anos 30, formuladores de política norte-americanos baseavam-se neles para medir a profundidade do empobrecimento causado pela crise do capitalismo, e propor formas de corrigir os piores efeitos dos rearranjos econômicos da depressão (Converse, 1987).

O uso de *surveys* nas ciências sociais modernas, e na ciência política em particular, cresceu a partir da aplicação bem-sucedida de pesquisas de atitudes em levantamentos publicitários e comerciais (Converse, 1987). Harold Gosnell, da Universidade de Chicago, foi um dos primeiros a propor a incorporação de *surveys* nas pesquisas em ciência política<sup>1</sup>. Nos anos 20, ele organizou uma série de projetos de pesquisa que produziram dados empíricos, tanto de significância teórica quanto de impacto prático, que continuam a informar a pesquisa con-

---

<sup>1</sup> Gosnell (1967 [1935]), diga-se de passagem, foi um pioneiro em outras áreas da ciência política. Produziu um dos trabalhos seminais de política negra, *Negro Politicians*, que lançou as bases para estudos subseqüentes, marcadamente *Negros Politicos* de James Q. Wailson, publicado uns vinte anos depois da sua obra pioneira.

temporânea. Seus estudos de participação eleitoral já sugeriam que esta dependia das condições sócio-econômicas e da organização partidária. Além disso, Gosnell demonstrou que a participação eleitoral podia ser encorajada por meio de alguns recursos simples, como o lembrete sobre o cadastramento eleitoral (Converse, 1998, p.79-88). Seus achados demonstraram o poder da pesquisa tipo *survey* no rastreamento de questões importantes em ciência política. A envergadura de seus projetos, envolvendo amostras de 5 mil a 6 mil entrevistados, avançou consideravelmente o estudo sistemático da política.

À medida que pesquisas do tipo *survey* ganharam aceitação, adquiriram credibilidade suficiente para serem propostas como âncora empírica de projetos ambiciosos e inovadores que viriam a estabelecer a agenda de pesquisa para todo o campo das ciências políticas. Nesse sentido, *The Civic Culture* foi um dos trabalhos que se tornou um marco na área. Nele, o objetivo dos investigadores era descobrir a natureza específica das relações entre cidadãos e Estado que tornam as democracias estáveis. As descobertas, mostrando acentuadas diferenças entre cinco nações em relação às visões dos cidadãos sobre participação e autoridade, levaram à conclusão de que inclinações psicológicas em relação ao governo eram fundamentais na compreensão do escopo e da vitalidade de governos democráticos. Entretanto, *The Civic Culture* continha um viés elitista. Logo após sua publicação, foi criticado por causa de seu argumento de que a cultura política preferida na comparação internacional era aquela que incorporava uma mistura de atitudes que induziam à participação dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se preveniam contra demandas por uma responsabilização muito grande dos seus governados. Parafraseando os autores de *The Civic Culture* deve-se permitir aos governos que governem, se se deseja que as democracias permaneçam estáveis.<sup>2</sup>

Os trabalhos de cunho comparativo que seguiram esta tradição de pesquisa, particularmente os de Ronald Inglehart (1990), afastaram

---

<sup>2</sup> Ver *The civic culture revisited* e *The civic culture*, 1965 [1963]. p. 341.

o *survey* de noções normativas elitistas encontradas em *The Civic Culture*. Os estudos de Inglehart, baseados no *survey Eurobarometer*, ofereciam uma descrição de atitudes de cidadãos que se distanciavam das que eram enraizadas em conflitos de classe, que o autor chamou de cultura pós-materialista, isto é, atitudes que refletiam preocupações com questões de qualidade de vida e lazer (em especial, aquelas relacionadas com questões ambientais), e que refletiam um enfraquecimento da atração do conteúdo de classe da política européia. De acordo com Inglehart, as gerações urbanas do pós-guerra estariam mais preocupadas com o que o Estado podia dar, vendo este como responsável por suas promessas, do que teria sido o caso de gerações anteriores. No entanto, seu trabalho manteve o padrão dos grandes *surveys*, ou seja, a investigação da complexidade das relações elite-massa, das orientações de atitude que formam as conexões entre cidadão e Estado.

A pesquisa do tipo *survey* pode ter direta relação com a condução da política de massa. Por exemplo, o *Eurobarometer* (1997) sobre racismo na Europa desperta interesse tanto dos que são afetados por ideologias racistas quanto dos formuladores de políticas. A informação sobre a extensão de atitudes racistas mantidas por membros de um grupo dominante ajuda as minorias raciais na formulação de suas próprias demandas por atenção especial e proteção pelo Estado. Alguns dos achados desse *survey* são intrigantes. De início, o levantamento deixou evidente que o racismo é bastante disseminado na Europa (ou pelo menos nos estados membros da União Européia). Dois terços da amostra declaravam-se como racistas em algum aspecto; e um terço declarou ser bastante racista. O grau de sinceridade com que os europeus admitem sentimentos racistas é, no mínimo, surpreendente. Ainda mais curioso é o contraste entre esse padrão de atitude e opiniões sobre princípios democráticos. Noventa por cento da mesma amostra afirmaram sua crença no princípio de igualdade perante a lei, e oitenta e seis por cento indicaram que os governos deviam promo-

ver a proteção contra a discriminação racial. Em outras palavras, há uma ambivalência acentuada na opinião pública sobre a presença de minorias culturais e raciais nas sociedades européias. Outras evidências sugerem que os sentimentos raciais estão associados a fatores, tais como insegurança econômica e baixo nível de escolaridade, que levaram à ascensão de regimes fascistas antes da segunda guerra mundial. Enquanto o racismo europeu pode não ter assumido as proporções do período entre guerras, ele continuou a representar um desafio para elites e formuladores de política, por confrontá-los com um problema que, no passado não tão distante, atingiu o cerne da sociedade européia.

Desde os dias de Harold Gosnell, a pesquisa acadêmica tem coexistido com um lado mais pragmático de sondagens comerciais que, de acordo com os políticos, são mais úteis para seus programas do que os projetos embasados teoricamente. Pesquisas de opinião têm se tornado, de fato, a seiva vital da política eleitoral nos Estados Unidos<sup>3</sup>. Esses levantamentos têm tido uma penetração tão grande que chegam a inibir a genuína liderança no processo político. A dependência de pesquisas de opinião e grupos focais parece estar guiando detentores de mandatos e candidatos a cargos eletivos em direção a um confuso centro político. Pode-se dizer que essa estratégia de liderança funciona em detrimento dos partidos políticos tradicionais cuja função, até então, era a de estabelecer distinções programáticas claras e sem ambigüidades que refletissem as escolhas dos segmentos que eles representavam. O livro de Dick Morris (1999), sobre sua atuação como guru de Bill Clinton, documenta o quanto as posturas deste, em algumas questões, foram orientadas pela finalidade de sustentar sua posição nas pesquisas de opinião pública.

---

<sup>3</sup> De fato, a proliferação de especialistas em pesquisas de opinião e de consultores políticos tem ido além das fronteiras da política norte-americana. No Brasil, por exemplo, a vitória de Celso Pitta, nas eleições para a Prefeitura de São Paulo, em 1996, foi atribuída em grande parte ao papel desempenhado por conselheiros de campanha norte-americanos especialmente contratados.



## SURVEYS E REFORMA SOCIAL

Uma breve discussão da evolução do *survey* estaria incompleta sem a menção de suas origens no movimento de reforma social a partir do final do século XIX. A pesquisa do tipo *survey* não deve ser pensada apenas como um instrumento de coleta de dados para elites governamentais, econômicas, acadêmicas ou políticas. Aqueles que no final do século XIX e início do XX estavam profundamente preocupados com a situação dos pobres utilizaram *surveys* em seus esforços para dotar de conteúdo os debates sobre as causas da pobreza e suas soluções. Para esses pioneiros, os *surveys* eram considerados uma forma de fazer “ciência social aplicada”, como enfatizou Jean Converse. Esses reformadores sociais conduziam suas atividades guiados por pressupostos e valores científicos, isto é, a observação sistemática e objetiva de fatos verificáveis com o intuito de iluminar o debate que levaria a políticas efetivas de melhoria das condições sociais. Os *surveys* impunham a disciplina do método científico àqueles que advogavam reformas sociais.

Alguns dos primeiros trabalhos emergiram de polêmicas específicas sobre as causas da pobreza na Inglaterra vitoriana, e representavam um esforço para aumentar o peso analítico da questão. Seria a pobreza o resultado de faltas pessoais, fraqueza moral, vício e indolência? Ou seria, antes, o produto de circunstâncias nas quais os indivíduos se encontravam e para as quais havia soluções que poderiam ser ministradas em forma de políticas públicas?

Jean Converse indica Charles Booth (1840-1916) como o primeiro a conduzir um estudo nesse contexto. A ambição de Booth, um pioneiro no levantamento, ordenação e publicação de dados quantitativos, bem como os resultados que produziu foram admiráveis. Seu trabalho culminou com a publicação de 17 volumes sobre essa temática, o primeiro dos quais publicado em 1889. Baseado nos dados coletados, Booth foi capaz de calcular, de forma tão precisa quanto possível então, a proporção de pobres na população da cidade de

Londres – 30,7%. O grande apelo de sua análise residia no uso de vários métodos de investigação. Ele e sua equipe percorreram as fontes de informação estatística existentes, e utilizaram vários procedimentos, tais como questionários e tabulações, que se tornariam básicos na pesquisa de tipo *survey* moderna. Além disso, realizaram entrevistas, como também introduziram o que agora chamamos de “observação participante”. Com as informações obtidas, Booth concluiu que a extensão da pobreza por ele registrada era de tal magnitude que se sobrepuja à capacidade de organizações privadas de aliviá-la. A acolhida favorável de seu trabalho ajudou a consolidar a credibilidade da chamada “ciência social aplicada”. Booth inspirou outros cientistas sociais a perseguirem a causa da reforma social, iluminando o debate através da disseminação de dados reunidos sistematicamente.

Um dos primeiros esforços norte-americanos que seguiram esse foi a *Hull House Maps and Papers Project* que, em 1895, documentou as condições de vida dos pobres de Chicago. Através dessa iniciativa, foram reunidos mapas ou representações gráficas do empobrecimento de áreas da cidade. Os trabalhos de Booth também estimularam acadêmicos comprometidos com reformas sociais, como o sociólogo afro-norte-americano W.E.B. DuBois. Na Universidade da Pensilvânia, DuBois organizou um extenso projeto de pesquisa sobre a vida dos negros na Filadélfia (1899), com o objetivo de apontar distinções sociais e econômicas entre as comunidades negra e branca locais. Ele também estava preocupado em descrever a vida cívica da comunidade, como uma forma de demonstrar que os negros tinham assumido grande parcela da responsabilidade de melhorar as suas próprias condições de vida. Para provar seu argumento, DuBois organizou um ambicioso projeto, na verdade um censo da comunidade negra da Filadélfia, com informações sobre habitação, emprego, vida familiar e instituições cívicas.

DuBois acreditava que um estudo desse tipo despertaria a consciência norte-americana para a necessidade de reforma, embora poste-

riormente ele passasse a advogar a necessidade de uma estratégia de protesto militante para a obtenção de mudanças genuínas e a eliminação de barreiras legais que reforçavam o isolamento racial de negros norte-americanos. Outros mais seguiriam seus passos. Nos anos 40, St. Clair Drake e Horace Cayton produziram estudos sobre a vida negra em Chicago, que também se tornariam referências. A vigorosa investigação sobre aspectos econômicos, sociais, religiosos, políticos e familiares, organizados em torno do que Drake e Cayton chamaram eixos de vida, daria seguimento à tradição, presente nos estudos de DuBois, de contribuir para o deslocamento das barreiras da segregação através das “ciências sociais aplicadas”. Mais recentemente, na era pós-direitos civis, William Julius Wilson deu continuidade a essa mesma linha com seus estudos sobre trabalhadores pobres.

A pesquisa do tipo *survey* apresenta um duplo enfoque nas ciências sociais. Trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento usado para iluminar o conhecimento das elites sobre as massas e de um veículo para promoção de reforma social. É nessa segunda dimensão que pesquisadores dos movimentos sociais conduzem suas tarefas.

#### **ATITUDES POLÍTICAS DE AFRO-BRASILEIROS E AFRO-NORTE-AMERICANOS**

As atitudes raciais no Brasil e nos Estados Unidos parecem estar se movendo para um ponto de intersecção que convida à exploração de similaridades entre os dois países. Isso porque, ao mesmo tempo em que a crescente contestação do mito da democracia racial abriu espaço para uma maior conscientização das enraizadas desigualdades raciais na sociedade brasileira, a experiência com o sistema *Jim Crow* de segregação legal vai desaparecendo da consciência norte-americana.

Há uma geração atrás, a suposta tolerância racial no Brasil era contraposta à percepção de uma rígida estratificação racial nos Estados Unidos. Entretanto, a mudança da compreensão das relações

raciais no Brasil tem sido tal que até mesmo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a elaborar estudos nos quais a desigualdade racial ocupa uma significativa parte da análise<sup>4</sup>. Outros exemplos dessa nova compreensão são as referências às relações raciais amplamente divulgadas nos pronunciamentos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o pedido de perdão da Igreja Católica por sua cumplicidade com a escravidão.

Nos Estados Unidos, a implementação dos direitos civis, nos anos 60 e 70, e a expansão da classe média negra norte-americana nas últimas décadas têm minado ainda mais as velhas formas de comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, particularmente as que se baseavam na visão questionável de um sistema norte-americano de castas (Telles, 1999, p. 85-86). Mudanças em percepções, padrões sociais e circunstâncias políticas têm, de fato, desbancado formulações clássicas de diferenças entre os dois países, como por exemplo, no caso do Brasil, a do “mulato como uma saída de emergência”, de Carl Degler (1971). Os trabalhos de Fernandes (1965), Skidmore (1974), Hasenblag (1985), Silva (1985), Telles (1992) e Lovell (1999), entre outros, documentam ricamente o contrário dessa hipótese, pois as condições raciais não diferem qualitativamente, como a tese do “mulato como saída de emergência” poderia sugerir. Essa hipótese, que pressupõe mobilidade social entre os afro-brasileiros, não se sustenta frente à considerável ascensão conquistada pelos negros norte-americanos, especialmente nas décadas de 60 e 70. Mas isso significaria que as duas sociedades estão indo rumo a algum ponto de convergência teórica em temas raciais?

Uma convergência teórica pode estar a caminho (Winant, 1999). Entretanto, o seu curso está apenas começando a ser determinado. A fim de entender essa tendência, analistas terão que identificar novos pontos de referência e renovar as ferramentas conceituais para

---

<sup>4</sup> Sobre esse assunto, ver as reportagens do **Jornal do Brasil**, 29 de abril de 2000, e **Folha de São Paulo**, 2 de maio de 2000.

fazer comparações. Exatamente quais pontos de referência deveriam ser utilizados para tornar compreensíveis, em termos comparativos, os regimes pós-democracia racial e pós-direitos civis? Qual seria, em última análise, o terreno comum estabelecido entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos que permitiria tentativas de colaboração, apontando para o reforço vigoroso dos direitos civis e humanos e enfatizando recursos na competição por poder político?

Se as duas sociedades estão de fato convergindo, elas podem cruzar os caminhos em algum momento, e isso exige investigações de maior profundidade. Uma delas diz respeito ao conteúdo dos termos ideológicos que conformam o discurso público sobre raça. Em ambos os casos, estudiosos têm participado em um debate sobre o impacto das ideologias dominantes ou hegemônicas na capacidade de reação das 'minorias' raciais aos persistentes padrões de discriminação racial. O argumento central do debate é que ideologias hegemônicas agem como sérios agentes inibidores da ação coletiva de afro-brasileiros e de afro-norte-americanos. No Brasil, a ideologia hegemônica se reflete no continuado poder do mito da democracia racial, e nos Estados Unidos ela aparece em um discurso formatado em termos da noção de uma "sociedade cega à cor".

Vale delinear alguns elementos de cada uma dessas noções hegemônicas. A contribuição de Michael Hanchard (1994) aponta para o impacto do mito da democracia racial nos movimentos sociais afro-brasileiros, buscando identificar a forma de hegemonia ideológica com a qual a sociedade dominante assegura seu controle sobre grupos com poder político marginal. Hanchard formula sua análise numa tradição gramsciana, argumentando que, apesar de décadas de questionamento, o mito da democracia ainda constitui uma visão hegemônica da realidade na qual vivem os indivíduos. As reivindicações de caráter racial têm pouca ou nenhuma ressonância precisamente porque se opõem a uma lógica do senso comum, segundo a qual o sistema de relações raciais é supostamente tolerante. Como consequência,

o protesto racial tem impacto menor do que teria se existisse alguma brecha na ideologia hegemônica, uma aparente contradição lógica emergindo da questão racial. As chamadas democracias de supremacia racial da África do Sul, sob o *apartheid*, e dos Estados Unidos, sob o regime de segregação legal, tornaram-se eventualmente sujeitas e esse tipo de contradição, por exemplo.

Apesar de seus pontos fortes (French, 2000), o trabalho de Hanchard não escapou das críticas. Luiza Bairros (1996) questionou sua análise por não levar em conta, suficientemente, o aspecto particular da ideologia que governa relações raciais e contestações ao poder no Brasil. A autora aponta outras contradições na ideologia hegemônica de democracia racial, chamando atenção, especialmente, para a prática disseminada de violência extralegal imposta sobre indivíduos que são vistos através dos estereótipos que correspondem a ser jovem e negro. A realidade cotidiana enfrentada por jovens negros, vítimas potenciais da brutalidade policial, vai de encontro à visão construída de democracia racial. Nesse aspecto, Bairros apresenta um poderoso contra-argumento. Não obstante, o debate, no qual ela faz Hanchard participar, evidencia que, até este momento, a extensão do impacto do mito da democracia racial na eficácia dos movimentos sociais ainda não foi medida com precisão.

No outro extremo dessa escala, afro-norte-americanos têm se confrontado com uma revisão conservadora dos direitos civis e testemunhado uma onda de mudanças de atitudes, que pode ser capturada pela expressão “negligência benigna”. Indiferença, senão hostilidade, tem substituído a coragem moral demonstrada nos embates para dismantelar a segregação legal. Na era pós-direitos civis, as elites, bem como a opinião pública norte-americana, têm se refugiado na pretensão de que a legislação dos direitos civis, dos anos 60, encerrou um capítulo na narrativa da história norte-americana. Nas áreas de educação, direito de voto e ação afirmativa, a Suprema Corte dos Estados Unidos tem estreitado de tal forma o campo de contestação que

chega a suscitar reações alarmantes quanto à direção que está tomando. Como Gary Orfield *et al* (1996) indicaram, as recentes decisões da Suprema Corte sobre dessegregação escolar têm, na prática, feito retroceder conquistas anteriores, aproximando perigosamente as minorias do *status* legal em que se encontravam no momento do caso Plessy contra Ferguson, cujo resultado garantiu a sanção constitucional à segregação do Jim Crow.

O pressuposto a partir do qual a Suprema Corte tem redefinido as fronteiras dos direitos civis deriva de uma noção expressa pelo juiz John Marshall Harlan, no famoso caso Plessy contra Ferguson. Em seu voto dissidente, Harlan escreveu que a Constituição devia ser lida como um documento “cego à linha de cor”. Com isso, o juiz queria dizer que nenhuma inferência poderia ser feita sobre a validade legal de estabelecer distinções raciais com o objetivo de distribuição de bens públicos. Esta sentença tem possibilitado a revisão conservadora dos direitos civis, constituindo-se em veículo conceitual para interpretar as leis vigentes da forma mais restrita possível (Thernstrom e Thernstrom, 1997). Nesse pressuposto também se baseiam as afirmações de que esforços para erradicar vestígios de racismo institucional da vida norte-americana devem parar sempre que forem percebidos como uma ameaça ao direito da maioria.

Em sua ampla abordagem da evolução da política racial norte-americana nos últimos trinta anos, Robert C. Smith (1996) levanta a sombria perspectiva de que as perdas e retrocessos têm sido maiores do que os ganhos. Com acuidade, Smith aponta uma ironia: enquanto os negros adquiriram maior inclusão no processo político desde a marcante década de 1960, têm, simultaneamente, perdido a capacidade de aí formular questões diretamente em termos raciais. Ou seja, os negros norte-americanos pagam um preço pela sua incorporação política, que equivale à diminuição de seu grande capital político, particularmente do poder moral, derivado da identidade e coesão de grupo construídas no período de insurgência pelos direitos civis.

A visão geral de Smith sobre a qualidade da política racial norte-americana, depois dos direitos civis, está em sintonia com a idéia de que a continuidade do domínio da maioria política sobre os grupos minoritários se dá através da construção e reprodução de ideologias hegemônicas e mitos de igualdade racial. Smith segue essa linha de análise, argumentando que as medidas raciais implementadas nos Estados Unidos, nos anos 50 e 60, só poderiam ser avaliadas pelo impacto que pudessem ter tido na transformação institucional do sistema dentro do qual surgiram. Baseando seu argumento no trabalho de David Easton, Smith conclui que, no caso norte-americano, tal não ocorreu, pois as medidas adotadas como resposta às revoltas pelos direitos civis resultaram em mudanças que permitiram ao sistema reencontrar seu próprio nível de equilíbrio. Segundo o autor, o sistema político mudou apenas o bastante para permitir a incorporação da rebelião dos direitos civis, principalmente através da reforma eleitoral, Ato do Direito de Voto, de 1965. Tal incorporação levou a revolta pelos direitos civis a operar sob normas de comportamento pre-existentes, as quais governam os processos eleitoral e legislativo.

Desse modo, concessão e conciliação substituíram confronto e ameaça como princípios operativos da ação política, fazendo com que elites políticas negras se conformassem às agendas políticas nas quais a conciliação é o meio mais provável de funcionamento dentro dos limites em que operam. Isso originou um estilo e uma visão política não muito diferentes da agenda convencional da social democracia européia. Para Smith (1996, p. 22), a incorporação política tem levado à liquidação de questões com qualquer conteúdo racial específico, o que resulta na perda, pelos negros, da “capacidade de pressionar efetivamente o sistema que tem, em conseqüência, respondido a essas reivindicações de forma simbólica, negligente e por meio de um permanente padrão de cooptação”. Em qualquer circunstância, o cerne do argumento de Smith pode muito bem ser usado como um veículo para estabelecer um nexos plausível entre as situações dos afro-



brasileiros e dos afro-norte-americanos. Nos dois casos, interessa indagar sobre o impacto de ideologias hegemônicas e outros instrumentos que podem inibir uma efetiva ação política e analisar as atitudes públicas dos negros.

Se essa linha de raciocínio for sustentável, seria, então, apropriado perguntar: que evidências sugerem que um enfoque comparativo dos efeitos das ideologias hegemônicas nas atitudes de afro-brasileiros e afro-norte-americanos poderia ser frutífero? Neste ponto, várias considerações podem ser levantadas. Primeiro, as noções de “democracia racial” e “sociedade cega à linha racial” têm trajetórias históricas diferentes, e estão mergulhadas em suas respectivas culturas de formas distintas. A “democracia racial” emana de um momento da história intelectual brasileira, durante os anos 30, em que Gilberto Freyre manipulou o racismo científico prevalente, que as elites brasileiras subscreviam. O argumento provocador de Freyre, sobre uma genuína contribuição dos afro-brasileiros para a cultura brasileira, abriu caminho para que a elite aceitasse um mito racial reinventado. Freyre ofereceu os meios intelectuais para que as elites reconhecessem a presença africana na cultura brasileira sem ter que admitir a existência de desigualdades raciais na sociedade. A brilhante reinterpretação de Freyre da cultura brasileira resultaria na elaboração do mito da “democracia racial”, idéia nascida de questionáveis relações íntimas que, o autor supôs, a instituição escravocrata alimentava.

A noção de “sociedade cega à linha racial”, por outro lado, é uma invenção de cunho mais recente. Ela emergiu no discurso público nos Estados Unidos à medida que se configurava a revisão dos direitos civis. Era um instrumento defensivo que colocava em quarentena o impulso dado pela revolução legal dos direitos civis. Nesse sentido, a figura da cegueira à linha de cor possui uma conotação mais explicitamente política do que o caso da “democracia racial”.

Além disso, é preciso levar em consideração que o volume de pesquisas sobre atitudes dos afro-brasileiros<sup>5</sup> é menor do que o sobre os afro-norte-americanos<sup>6</sup>. Contudo, há evidências disponíveis que permitiriam, pelo menos, o início de uma discussão comparativa que, por sua vez, pode levar à emergência de outras questões para análises futuras.

### COMPARANDO ATITUDES: ALGUMAS EVIDÊNCIAS PRELIMINARES

No começo dos anos 90, o DataFolha realizou um extenso levantamento, visando capturar as atitudes raciais em relação à cor, baseado em uma amostra rigorosamente construída de aproximadamente 5.000 entrevistados (DataFolha, 1995, p. 90-94)<sup>7</sup>. Vários padrões de atitude que emergem do levantamento podem despertar a atenção dos que se dedicam a estudos comparativos. O primeiro deles tem a ver com o formato da crença na democracia racial. As atitudes brasileiras, em alguns aspectos, vão de encontro a percepções comuns, particularmente expressas por não-brasileiros, sobre o mito da democracia racial. Contrariamente à impressão de estrangeiros, os próprios brasileiros parecem não acreditar na ausência de antagonismos raciais na sociedade. De fato, 89 por cento dos entrevistados declararam que existe preconceito racial no Brasil. Três quintos (61 por cento) afirmaram que havia uma grande dose de preconceito contra os negros. Além disso, uma significativa proporção declarou que os negros são bons apenas para atividades esportivas ou musicais, e

---

<sup>5</sup> Butler 1998; Twine 1998; DataFolha 1995; Hanchard 1994; Mitchell 1977; Fernandes 1965.

<sup>6</sup> Sears 2000; Calhoun-Brown 1996; Cohen; Dawson, 1993; Smith; Seltzer, 1992; Bobo; Franklin, 1990; Marx, 1967.

<sup>7</sup> Até o momento, este se constituía em uma das únicas fontes disponíveis, sistematicamente coletada, sobre atitudes brasileiras. Um novo trabalho, encomendado pelo CEAP – Centro de Apoio às Populações Marginalizadas, uma organização não-governamental do Rio de Janeiro, e apenas recentemente trazido à luz, também promete oferecer ricas informações sobre a perspectiva brasileira sobre raça. Ver **Jornal do Brasil**, 12 maio 2000, *online* e **Folha de São Paulo**, 12 maio 2000, *online*.

uma proporção ainda maior da amostra, 47 por cento, concordou com o dito popular de que “um negro bom é um negro de alma branca” (DataFolha, 1995, p. 129).

Esses são indicadores de que o mito da democracia racial está de alguma forma fraquejando, sem, no entanto, ser rejeitado inteiramente. De fato, outros elementos do levantamento sugerem que os brasileiros sustentam o mito racial, mesmo que de uma forma qualificada. Enquanto uma esmagadora maioria de entrevistados afirmou que o preconceito existe, uma quantidade muito menor, inferior a cinco por cento, disse que ele existe de uma forma intensa, e cerca de 47 por cento declararam que ele existe apenas de forma moderada (DataFolha, 1995, p. 132). Contraditoriamente, oitenta e oito por cento declararam que, pessoalmente, não alimentavam qualquer preconceito contra negros.

Esses poucos exemplos dos resultados do levantamento do DataFolha apontam para um padrão geral que, tomado como um todo, permite formar uma imagem do mito da democracia racial. Em geral, as atitudes sugerem que a democracia racial continua sendo uma noção recorrente entre os brasileiros, ainda que condicionada por algumas restrições. Mesmo que o mito não possa ser mantido com o mesmo entusiasmo com que era expresso há uma geração antes, ele forma o cerne das atitudes que refletem um acalentado otimismo em assuntos raciais. De fato, um dos cientistas sociais convidados para comentar o levantamento chegou a essa mesma conclusão (Singer, 1995). Curiosamente, os resultados do *survey* podem ser vistos de um prisma diferente daquele que analisa exclusivamente os elementos domésticos do mito da democracia racial. O formato do mito evoca uma afirmação clássica das relações raciais nos Estados Unidos. Se fossem invertidos os termos do mito brasileiro, seria possível detectar sua semelhança com a caracterização de Gunnar Myrdal (1944) das relações raciais norte-americanas, no sentido de uma dissociação entre crenças e práticas. Myrdal chamou a atenção para a forma pela qual a

grande maioria esmagadora de norte-americanos se atinha à crença na democracia e regras justas, ao mesmo tempo em que aceitava as práticas do sistema de segregação racial. Myrdal percebe essa dissociação como ocupando o lugar central na complexidade das relações raciais norte-americanas e a ela se referiu como o dilema moral norte-americano. A variante brasileira disto aparece da seguinte forma: enquanto os brasileiros, por um lado, reconhecem a existência do preconceito racial, por outro, tendem a contrabalançar essa visão sugerindo que seu impacto não produz animosidades muito profundas. Entretanto, como observa Paul Singer, esse “racismo cordial” encobre uma realidade empírica, na qual as desigualdades raciais proliferam. Os negros brasileiros dispõem de oportunidades de mobilidade social consideravelmente reduzidas, e sua qualidade de vida é muito mais baixa do que a de outros brasileiros. Além disso, têm maiores chances de serem alvo de comportamento arbitrário da polícia (Mitchell & Wood, 1998; Folha de São Paulo, 15 de maio de 2000). Com efeito, o mito da democracia racial no Brasil é marcado por uma aguda divisão entre percepções e realidades. Ainda que fosse um exagero chamar esse hiato de dilema moral, como o proposto por Myrdal há mais de cinquenta anos, certamente pode-se dizer que o mito representa um paradoxo brasileiro.

Um outro padrão identificado no levantamento do DataFolha é mais difícil de situar num contexto comparativo. Parece que as atitudes brasileiras em relação à cor cruzam as linhas de raça e cor mais uniformemente do que nos Estados Unidos. Quando questionados sobre a extensão do preconceito racial no Brasil, 60 por cento de brancos, 60 por cento de pardos e 64 por cento de pretos afirmaram que havia muito preconceito (DataFolha, 1995, p. 96). Mesmo depois que os analistas recombina-ram as variáveis para calcular uma medida de intensidade do preconceito, essa uniformidade entre os respondentes se manteve. Assim, 81 por cento dos brancos, 82 por cento dos pardos e 86 por cento dos pretos responderam que o preconceito

poderia ser sentido de forma suave ou moderada (DataFolha, 1995, p. 107).

Uma série de hipóteses preliminares pode ser levantada para ajudar a explicar esse padrão. Uma hipótese enfocaria a importância de questões raciais na arena política. Raça tem assumido um grau de importância nos Estados Unidos e é manipulada como um trunfo em ferozes lutas partidárias. A caracterização das audiências de confirmação de Clarence Thomas como juiz da Suprema Corte como um “linchamento do tipo *high tech*” demonstra o quanto uma acusação de racismo pode ser usada para intimidar os críticos. Em contraste, um afro-brasileiro, recentemente promovido a general, declarou que sua verdadeira cor era o verde-oliva do exército, o que pode ser interpretado como uma forma do General esvaziar a dimensão racial de sua promoção. Igualmente, a sociedade civil também pode ter um efeito sobre o modo como as questões raciais são percebidas. Sociólogos, tais como Doug McAdam, têm notado que a infraestrutura institucional de igrejas e universidades negras teve um papel essencial no desenvolvimento de lideranças negras do movimento pelos direitos civis. Já a sociedade civil brasileira, tradicionalmente, tem sido vista como mais enfraquecida e suscetível ao clientelismo. De qualquer forma, o padrão brasileiro de uniformidade trans-racial na percepção do mito da democracia racial chama a atenção para a necessidade de investigações mais apuradas, tendo em vista, particularmente, a aguda diferença entre este padrão e o de atitudes dos afro-norte-americanos.

A diferença mais marcante entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos reside nas suas distintas respostas aos mitos hegemônicos que dominam a política racial em seus respectivos países. Onde afro-brasileiros apresentam atitudes cujas configurações os aproximam dos brasileiros brancos, afro-norte-americanos apresentam uma ampla disparidade em relação aos brancos nas atitudes sobre raça e política, assim definindo um cisma de opiniões ao longo de linhas raciais. Negros norte-americanos são mais inclinados a acreditar, entre outros

aspectos, que as instituições políticas e judiciais norte-americanas lidam de forma injusta com os negros (Brown; Dawson, 1996), e que é responsabilidade do governo socorrer minorias (Smith; Seltzer, 1992). Também tendem a revelar maior lealdade partidária (em favor do Partido Democrata) do que outros grupos da população. Por outro lado, um número significativo de norte-americanos brancos reinterpretam suas percepções de raça em termos de “cegueira á linha de cor” e outros valores da cultura política norte-americana. Um levantamento recente de opinião pública mostrou que as atitudes dos norte-americanos brancos sobre raça estão ligadas a valores como o individualismo, a ponto de mascarar sentimentos hostis em relação a políticas raciais progressistas (Sears; Hetts; Sidanius; Bobo, 2000). Essas diferenças entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos poderiam sugerir, num primeiro momento, que uma possível gama de comparações seria bastante limitada. Essa divisão poderia também indicar que os negros norte-americanos têm relutado mais em assimilar o mito hegemônico do que os afro-brasileiros. Se for esse o caso, então há duas opções. Uma fecha qualquer possibilidade de construir uma comparação coerente e teoricamente informada das atitudes dos afro-brasileiros e afro-norte-americanos. A outra leva a uma investigação mais profunda baseada na construção de um quadro comparativo.

Ao invés de abandonar qualquer perspectiva de uma frutífera comparação, um pesquisador pode começar um empreendimento comparativo retornando a procedimentos lógicos simples, tentando dividir o fenômeno em análise em suas partes mais elementares. Tendo isolado esses elementos, o pesquisador pode voltar-se para quadros referenciais já existentes para determinar se as características elementares do fenômeno em questão podem ser rearranjadas para fins comparativos, ao modo da análise de atitudes políticas de afro-norte-americanos desenvolvidas por Robert Smith e Richard Seltzer (1992). Em um certo sentido, Smith e Seltzer estão fazendo análise comparativa, ainda que enfoquem especificamente os afro-norte-

americanos. A preocupação dos autores, entretanto, está voltada para a explicação da distância entre as atitudes de negros e brancos, a partir de um quadro de referência que tenta distinguir configurações de atitudes, recortando por diferentes categorias sociais. Os autores empregam três conceitos de identidade afro-norte-americana para ajudá-los a percorrer seu material empírico, discutindo qual desses conceitos é mais adequado para explicar o formato específico das atitudes políticas dos negros norte-americanos.

Embora os conceitos de Smith e Seltzer sejam conhecidos, cada um é utilizado como uma definição exclusiva para os afro-norte-americanos. O primeiro é o de classe social, visto como elemento responsável por um perfil distinto de atitudes dos afro-norte-americanos, particularmente quando se olha para certas características tais como eficácia política, alienação, interesse político e conhecimento político. Em relação a essas dimensões, o perfil de atitudes dos afro-norte-americanos adquire uma especificidade não tanto por causa de sua qualidade inerentemente diferente, mas em consequência de sua posição de classe. Desta perspectiva, negros tendem a parecer com brancos norte-americanos de similar posição de classe, quando se olha para fatores psicológicos de fundo nas atitudes políticas. Um outro conceito tem a ver com a visão de que negros norte-americanos constituem um grupo de interesses estratégicos compartilhados. Na arena política, afro-norte-americanos expressam certas atitudes e traços de comportamento comuns, como a lealdade partidária. Entretanto, isso se deve a uma convergência de interesses, tendo em vista particularmente benefícios materiais tangíveis que emanam de políticas governamentais específicas. Esses interesses estratégicos atravessam linhas de classe de tal forma que negros de classe média, que supostamente se beneficiam de políticas de ação afirmativa conduzidas pelo governo, encontrem uma causa comum com a massa de negros norte-americanos cujos interesses primários se encontram na área de política social. Por isso, apóiam o Partido Democrata que advoga uma in-

tervenção estatal vigorosa. O terceiro conceito utilizado por Smith e Seltzer é cultura, definida em termos dos traços distintivos dos valores dos afro-norte-americanos.

Em face das evidências empíricas, Smith e Seltzer argumentam que cada um dos três conceitos serviria para explicar várias características das atitudes dos negros norte-americanos. Classe social está mais fortemente associada às dimensões psicológicas das atitudes políticas. Disposições ideológicas, especificamente o liberalismo, ligam-se aos “interesses estratégicos”, e religiosidade e alienação com cultura. De forma geral, Smith e Seltzer concluem:

Os negros norte-americanos têm mais semelhanças do que diferenças com os brancos, especialmente quando os efeitos de classe social são removidos. Identifica-se aqui um núcleo de atributos de classe média que caracteriza os norte-americanos de qualquer raça, predispondo-os a abraçar um conjunto de atitudes... e [a ser] de alguma forma mais tolerante em relação a idéias, grupos e estilos de vida desviantes. Porém, continuam a existir diferenças entre negros e brancos não explicáveis por classe, e essas diferenças nós consideramos culturais – uma síndrome específica de atitudes que distingue e separa raças... [Os negros] continuam a ser um grupo decididamente liberal em questões de redistribuição econômica, gastos governamentais para diminuir problemas sociais e comportamento eleitoral... os negros também são mais religiosos... [mas] desconfiados... das motivações de outros, inclusive das autoridades políticas (Smith; Seltzer: 1992, p. 146-147).

Várias inferências emanam das conclusões de Smith e Seltzer. Segundo eles, em se tratando de afro-norte-americanos, as duas qualidades culturais que os definem devem ser tomadas em consideração. Ao invés de serem um grupo cultural inteiramente distinto, separado em cada aspecto do grupo racial dominante, compartilham traços derivados do grupo dominante, bem como apresentam aqueles que são especificamente seus, um fato quase sempre esquecido nas discussões sobre opinião pública. Quais as implicações desse elemento nas comparações entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos? Se estes revelam uma tendência a acolher o núcleo dos valores e as inclinações da sociedade norte-americana como um todo, pode-se esperar um padrão similar para os afro-brasileiros. Entretanto, a uniformidade de



atitudes em relação à raça no Brasil não significa que se deva simplesmente cessar a procura por padrões e ligações entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos, pois as possibilidades de análise seriam tolhidas antes de sua realização mais frutífera. As atitudes brasileiras podem ser uniformes, mas não são unidimensionais. Ou seja, os afro-brasileiros podem chegar às suas atitudes partindo de pontos diferentes daqueles dos brancos brasileiros. Como Smith e Seltzer demonstram, a ligação de negros norte-americanos a um núcleo de valores e de atitudes gerais na sociedade é residual, pois há outras dimensões a serem consideradas numa análise mais completa. De maneira similar, as atitudes dos afro-brasileiros poderão apresentar outras nuances quando se levar em conta um conjunto de conceitos capaz de revelá-las.

As comparações entre afro-brasileiros e afro-norte-americanos podem valer-se mais do conceito de interesses estratégicos, o qual ajuda a explicar as disposições ideológicas e preferências partidárias no caso dos afro-norte-americanos. Algumas evidências preliminares sugerem que as atitudes dos negros brasileiros também podem ser melhor compreendidas nestes termos. Os cientistas políticos têm indicado que os negros no Brasil expressam preferências por líderes populistas, que prometem recompensas tangíveis através de políticas governamentais e ações em favor do seu eleitorado. Além disso, alguns partidos políticos têm experimentado lançar candidaturas negras para atrair votos do eleitorado negro, mas pouco se conhece sobre as razões e o grau com que afro-brasileiros respondem a esses apelos. A introdução do conceito de interesse estratégico na análise destes fenômenos permitiria vislumbrar novos caminhos para a investigação comparativa.

Dois outros fatores devem ser incluídos neste quadro comparativo, pois exercem influência direta no formato e sustentação das atitudes: um é conjuntural e o outro infra-estrutural. O fator conjuntural abrange momentos de definição na política nacional que podem pro-

duzir profundas mudanças de opinião, sobre episódios como crises de regime e realinhamentos partidários. Além disso, reorienta a percepção dos indivíduos sobre as principais políticas governamentais, ou sobre a própria viabilidade do processo político. Especialistas norte-americanos em opinião pública têm notado que as mudanças no processo político conformam as preferências e as lealdades partidárias dos indivíduos, já que atitudes e orientações políticas são parte de uma dinâmica política também sujeita à mudança. Por exemplo, muito do realinhamento partidário ocorrido no sul dos Estados Unidos resultou da promulgação de Ato do Direito de Voto, em 1965, e sucessivas conjunturas podem explicar a polarização partidária que tem marcado os Estados Unidos desde então. Resta saber o quanto elas também têm influenciado a formação de atitudes raciais no Brasil, em especial a partir dos anos 1990 quando a questão racial alcançou um lugar de destaque no discurso público. De qualquer forma, fatores conjunturais podem ser a chave para explicar em que medida afro-brasileiros e afro-norte-americanos têm sido capazes de resistir ao poder dos mitos raciais que condicionam a política de massa em seus respectivos países. É possível que o impacto das conjunturas possa ser sentido mais fortemente no Brasil do que nos Estados Unidos.

Os fatores infra-estruturais referem-se às instituições que oferecem apoio a atitudes de grupos, podendo ser importantes para na formação de opiniões de massa, como no caso da influência das igrejas negras no reforço de atitudes de afro-norte-americanos (Calhoun-Brown, 1996). Ainda que não haja nada comparável no ambiente cultural afro-brasileiro, algumas instituições da sociedade civil têm começado a articular questões raciais e vale a pena observar seu possível impacto nas atitudes dos afro-brasileiros. Assim, merece atenção, por exemplo, o trabalho de sindicatos no Brasil, especialmente os da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sob a liderança do afro-brasileiro Vicente Paulo da Silva, a Central desempenhou um papel nas iniciati-

vas continentais de monitoramento da discriminação racial no local de trabalho.

## CONCLUSÃO

Como afro-brasileiros e afro-norte-americanos respondem aos mitos raciais hegemônicos? As respostas de cada grupo podem estar condicionadas por circunstâncias históricas particulares, bem como pelas características específicas de seus respectivos sistemas políticos. Entretanto, isso não elimina a possibilidade de explorar as genuínas semelhanças nas formas com que cada grupo lida com suas situações políticas. Essa perspectiva parte do pressuposto de que um referencial teórico pode ser desenvolvido com tal objetivo, pois existem, como o artigo procurou apontar, várias dimensões em torno das quais as comparações podem ser construídas. Ao final, espera-se que comparações sistemáticas permitam que ambos os grupos compartilhem lições tiradas de suas experiências, que cada comunidade seja capaz de dirigir seus próprios destinos com maior confiança e perspicácia, utilizando os recursos políticos de modo a conduzir suas sociedades para fins justos e progressistas.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2002)  
(Aceito em junho/2002)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**. Boston: Little, Brown. 1963 [1965].
- BAIROS, Luiza. Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. **Afro-Ásia** 17. Salvador (1996), p.173-86. 1996.
- BOBO, Lawrence; GLLIAM JR, Franklin. Race, sociopolitical participation and black empowerment. **American Political Science Review**. [s.l.], v.84, n.2, p.377-393, june., 1990.
- BROWN, Ronald; DAWSON, Michael. Black discontent: final report on the 1993-1994 national black politics. **Survey**. Chicago: Center for the Study of Race, Politics, and Culture, University of Chicago. Disponível na Internet. Acesso em: 14 abr. 2000.
- BUTLER, Kim. **Freedoms given, freedoms won**. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press. 1998.

- CALHOUN-BROWN, Allison. African American churches and political mobilization: the psychological impact of organizational resources. **Journal of Politics**. [s.l.], v.58, n.4, p.935-953, nov., 1996.
- COHEN, Cathy J., DAWSON, Michael C. Neighborhood poverty and African American Politics. **American Political Science Review**. [s.l.], v.87, n.2, p.286-302, June., 1993.
- CONVERSE, Jean M. **Survey research in the United States**. Berkeley: University of California Press. 1987.
- DATA FOLHA. **Racismo cordial**. São Paulo: Ática. 1995.
- DEGLER, Carl. **Neither black nor white**. New York: Macmillan. 1971.
- DRAKE, St.Clair; CAYTON, Horace. **Black metropolis**. New York: Harcourt, Brace. 1945.
- DUBOIS, W.E.B. **The Philadelphia negro**. New York: Benjamin Blum. 1967 [1899].
- EUROBAROMENER. **Racism and xenophobia in Europe**. Luxembourg: Eurobarometer Opinion Poll # 47.1. 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.
- FRENCH, John D. The Missteps of Anti-Imperialist Reason: Bourdieu, Wacquant, and Hanchard's Orpheus and Power. In: **Theory, Culture, and Society**. [s.l.], 2000. p.107-128.
- GOSNELL, Harold. **Negro politicians**. Chicago: University of Chicago Press. 1967 [1935].
- HANCHARD, Michael. **Orpheus and power**. Princeton: Princeton University Press. 1994.
- HASENBALG, Carlos. Race and socio-economic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, Pierre – Michel (Ed.). **Race, class, and power in Brazil**. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985. p.25-41.
- INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton, N.J.: Princeton University Press. 1990.
- LOVELL, Peggy. Women and racial inequality in Brazil. In: HANCHARD, Michael (Ed.) **Racial politics in contemporary Brazil**. Duke University Press, 1999. p.138-153.
- MARX, Gary T. **Protest and prejudice**. New York: Harper & Row. 1967.
- MITCHELL, Michael; WOOD, Charles H. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. **Social Forces**, [s.l.], v.77, n.3, p. 1001-1003, mar., 1998.
- MITCHELL, Michael. Racial consciousness and the political attitudes and behavior of Blacks in São Paulo, Brazil. Dissertação (Ph. D) - Indiana University, 1977.
- MORRIS, Dick. **Behind the oval office: getting reelected against all odds**. Los Angeles: Renaissance Books. 1999.
- MYRDAL, Gunnar. **An American dilemma**. New York: Harper & Brothers. 1944.

- ORFIELD, Gary et al. **Dismantling desegregation: the quiet reversal of brown v. board of education**. New York: New Press, 1966 (Distributed by W.W. Norton).
- SEARS, David O. (Ed.) **Racialized politics: the debate about racism in America**. Chicago: The University of Chicago Press. 2000.
- SEARS, David; HETTS, John; SIDANIUS, Jim; BOBO, Lawrence. Race in American politics: framing the debates. In: SEARS, David et al. **Racialized politics**. 2000.
- SILVA, Nelson do Vale. Updating the Cost of not being white in Brazil. In: FONTAINE, Pierre-Michel (Ed.) **Race, class, and power in Brazil**. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985. p.56-72.
- SINGER, Paul. Radiografia da democracia racial brasileira. - Racismo cordial. **Data Folha**, p.69-81, 1995.
- SKIDMORE, Thomas. **Black into white**. New York: Oxford University Press. 1974.
- SMITH, Robert C. **We have no leaders: African Americans in the post-civil rights era**. Albany: State University of New York Press. 1996.
- SMITH, Robert, SELTZER, Richard. **Race, class, and culture: a study in Afro-American mass opinion**. Albany: State University of New York Press. 1992.
- TELLES, Edward. Ethnic boundaries and political mobilization among African Brazilians: comparisons with the U.S. Case. In: HANCHARD, Michael, (Ed.) **Racial politics in contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999. p.82-97.
- TELLES, Edward. Residential segregation by skin color in Brazil. **American Sociological Review**, [s.l.], v.57, n.2, p.46-63. apr. 1992.
- THERNSTROM, Stephan; THERNSTROM, Abigail. **America in black and white: one nation indivisible**. New York: Simon and Schuster. 1997.
- TURNER, J. Michael. Changing racial attitudes of afro-brazilian University Students. In: FONTAINE, Pierre-Michel, (Ed.) **Race, class and power in Brazil**. Los Angeles: U.C.L.A. Center for Afro-American Studies, 1985. p.73-94.
- TWINE, France Winddance. **Racism in a racial democracy**. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press. 1998.
- WILSON, James Q. **Negro politics**. Glencoe, Ill.: Free Press. 1960.
- WINANT, Howard. Racial democracy and racial Identity: Comparing the United States and Brazil. In: HANCHARD, Howard (Ed.) **Racial politics in contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999. p. 98-115.